



RACISMO, TRABALHO DOMÉSTICO E VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE VIDA E FICÇÃO A PARTIR DO CONTO MARIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Bárbara Poli Uliano Shinhawa¹

Josimar Priori²

Rosângela Jovino Alves³

RESUMO

Este artigo analisa aspectos literários pós-coloniais e afro-brasileiros no conto Maria de Conceição Evaristo e propõe uma análise de questões como raça, racismo, trabalho doméstico e violência a partir do diálogo entre o texto literário e situações vivenciadas na contemporaneidade brasileira. Nesse sentido, com fundamento em uma interlocução literária e sociológica, é possível compreender que Maria é uma produção pós-colonial e os elementos do universo africano são parte de sua criação. Além disso, alicerçados na “vivência na escrita” proposta por Conceição Evaristo, é possível compreender que pautas como raça, trabalho doméstico e violência perpassam o conto, posto que a literatura é, em grande parte, expressão artística da vida. Tendo isso em vista, Maria é o ponto de partida para se refletir como essas pautas se tornaram ainda mais acentuadas devido à pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira, sociedade, racismo, trabalho doméstico, pandemia.

¹ Doutora e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Ensino de Língua Inglesa pela ESAP/UNIVALE e graduada em Letras/Português-Inglês pela UNESPAR (FAFIPA) – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí. Docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Paranavaí. Membro do grupo de pesquisa Nuseintec e do Literaturas africanas e afro-brasileira: mar negro em Língua Portuguesa. Desenvolve pesquisas na área de Literatura (Literatura Brasileira, Africana e Afro-brasileira, Literatura Infantil), Estudos Culturais e Pós-coloniais.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí. Desenvolve pesquisas nas áreas de política, movimentos sociais e população em situação de rua.

³ Doutora e Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Letras Libras pelo Instituto Eficaz e graduada em Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é docente no Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí e desenvolve pesquisas relacionadas ao Funcionalismo Linguístico.

ABSTRACT: This paper analyses post-colonialism, african-brazilian characteristics and some questions like race, racism, domestic job, and violence in the Conceição Evaristo short story Maria through a dialogue was done between the literature and brazilian contemporaneity scenes. Based on sociological and literary aspects it is possible to say Maria is a post colonialism creation and african elements are essential in that process. How literature can Express life in an artistic way, so race, domestic job and violence constitute the short story. Then, Maria can be an opportunity to discuss how the issues are being more hard due to the Sars-Cov-2 pandemic.

Keywords: African-brazilian literature, society, racism, domestic job, pandemic.

RESUMEN: Este artículo analiza aspectos literarios poscoloniales y afrobrasileños Del cuento María de Conceição Evaristo y propone un análisis de cuestiones como La raza, el racismo, el trabajo doméstico y La violencia a partir del diálogo entre el texto literario y situaciones vividas en la época contemporánea brasileña. En este sentido, a partir de un diálogo literario y sociológico, es posible entender que María es una producción poscolonial y los elementos del universo africano son parte de su creación. Además, a partir de la “experiencia en la escritura” propuesta por Conceição Evaristo, es posible entender que pautas como la raza, el trabajo doméstico y La violencia permean La historia, ya que la literatura es, en gran parte, una expresión artística de la vida. Con esto en mente, María es El punto de partida para reflexionar sobre cómo estas agendas se hicieron aún más pronunciadas debido a la pandemia de Sars-Cov-2.

Palabras-clave: Literatura afrobrasileña, sociedad, racismo, trabajo doméstico, pandemia.

Introdução

“Levo a minha vela que é a minha escrita. Eu sei da ardência da vela, para fina chorando na pele de minha mão, como sei de outros ardores meus e de minha gente. Devolvo uma queimação antiga através da minha escrita e continuo, pois quem crê verdadeiramente não abandona o cortejo”. (EVARISTO, 2013)

O ano de 2020 ficará gravado na história da humanidade por ter sido extremamente desafiador. A Covid-19, causada pelo coronavírus, estremeceu a sociedade de diferentes maneiras. Muitos adoeceram e para muitos desses a morte foi o fim, outros carregam sequelas da enfermidade. No Brasil, apesar do pensamento negacionista de uma parcela da população, a pandemia alastra seus efeitos catastróficos que desnudam e acentuam as fragilidades do organismo social.

Diante dessa ameaça maciça à vida, é concebível que surja a possibilidade de uma

sociedade mais empática e harmoniosa. No entanto, o que tem se visto é uma faceta distante da ideia de acolher, proteger e promover algum tipo de equidade. A vida modificada pela pandemia aprofundou as dificuldades de quem já normalmente as tinha. A população de rua, por exemplo, ficou ainda mais vulnerabilizada, as mulheres, que já precisavam lidar com o excesso de trabalho dentro e fora de casa, sentiram mais os efeitos disso que os homens, pobres e negros se tornaram ainda mais alvo do descaso e, por que não dizer, da morte.

Tendo em vista a realidade cruelmente desenhada por um conjunto de fatores associados à presença da Covid-19, partimos do conto Maria de Conceição Evaristo para tecermos nossas reflexões. Maria é forjada a partir de características muito comuns à maioria dos brasileiros, integra o grupo dos que estão à margem por uma série de questões que remontam aos tempos da escravidão e representa, sem dúvida, a condição de muita gente que, mesmo quando deveria permanecer em casa para tentar, ao menos, escapar do vírus, precisa sair e se expor, porque o pão (melão) não está garantido.

A partir de uma relação literária e sociológica, Maria é o ponto de partida para se refletir contradições sociais que se tornaram ainda mais acentuadas devido à pandemia da Covid-19 e que aqui são exemplificadas pelas situações vivenciadas por duas trabalhadoras domésticas: Cleonice, noticiada como primeira vítima da Covid-19 no Rio de Janeiro, e Mirtes Renata, mãe de Miguel, vítima que caiu fatalmente de um prédio de luxo em Recife. Assim, este artigo analisa aspectos literários pós-coloniais e afro-brasileiros no conto Maria de Conceição Evaristo e propõe um diálogo entre o conto e algumas questões como raça, racismo, trabalho doméstico e violência.

A vivência na escrita

Antonio Candido (2004) se refere à literatura como uma necessidade e um direito humano. Como ele diz, ninguém consegue permanecer as vinte e quatro horas do dia sem, em algum momento, passar pelo universo poético e ficcional. Assim, para Candido, a literatura se manifesta independente de escolaridade e de suporte, uma vez que ela está diluída nos acontecimentos diários da vida. Como tal, prossegue o professor, a literatura é co-autora na formação de caráter das pessoas, e isso não quer dizer que ela vá formá-lo de

maneira a agradar a sociedade e suas regras constituídas. Não, a literatura forma “segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade” (CANDIDO, 2004, p. 176).

Candido (2006b, p. 83-84) ainda lembra que “o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social”. Tendo em vista tal função do artista, suas produções, a arte, também são sociais e em dois sentidos, como afirma Candido (2006a, p. 30), porque “depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais”.

As palavras de Antonio Candido são para a literatura, pelo direito a ter acesso a ela e sobre a relação entre literatura e sociedade e podem nos levar a pensar sobre a trajetória de Conceição Evaristo. De acordo com o site Literafro, Maria da Conceição Evaristo (1946) é mineira de Belo Horizonte. Na década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro onde se graduou em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC -RJ) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Conforme o Literafro, Evaristo cultiva diversos gêneros (poesia, conto, romance e ensaio) e em suas produções é inegável a valorização do povo negro e de sua cultura. Ao falar de si no I Colóquio de Escritoras Mineiras (Belo Horizonte, Maio de 2009), a escritora revela aos poucos de onde vem a inspiração para seus enredos e suas reflexões: “Escrevo. Deponho. Um depoimento em que as imagens se confundem, um eu-agora a puxar um eu-menina pelas ruas de Belo Horizonte. E como a escrita e o viver se con(fundem), sigo eu nessa escrevivência” (EVARISTO, 2009b, não paginado). Ao participar do V Colóquio Mulheres em Letras, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, no dia 20 de abril de 2013, no início de sua fala, Conceição Evaristo avisa: “sem sombra de dúvida, ao falar dos meus livros, ao falar da minha escrita, eu vou estar falando da minha vida” (EVARISTO, 2013, não paginado).

Evaristo nos revela o passado pobre dela, da mãe, do padrasto (que ela considera como pai) e de suas três irmãs em uma favela em Belo Horizonte. Para aliviar um pouco a questão financeira, Conceição Evaristo, aos sete anos, foi morar com a tia e tio que não tinham filhos e possuíam uma condição financeira um pouco menos difícil:

Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. O mesmo acontecia com os deveres de casa. Ao assistir os meninos de minha casa, eu estendia essa assistência às crianças da favela, o que me rendia também uns trocadinhos. Além disso, participava com minha mãe e tia, da lavagem, do apanhar e do entregar trouxas de roupas nas casas das patroas. Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos (EVARISTO, 2009b, não paginado).

Mesmo com toda a dificuldade, a mãe da escritora nunca descuidou da escolarização das meninas e fazia questão que elas estudassem. Tendo uma infância de trabalhos, pois Evaristo ajudava a mãe e a tia com a lavagem de roupas, posto que eram lavadeiras. Mesmo assim, a menina fazia, por meio da contação de histórias e de memórias, o contato com a literatura: “gosto de dizer que a minha relação com a literatura começa nos fundos das cozinhas alheias. Minha mãe, tias e primas trabalharam em casas de grandes escritores mineiros ou nas casas de seus familiares. Digo mesmo que o destino da literatura me persegue...” (EVARISTO, 2009b, não paginado). Como a autora mesma diz,

não nasci rodeada de livros, do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos e amigos contavam. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semi-alfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita (EVARISTO, 2009, não paginado).

A "escrevivência" marca os textos de Conceição Evaristo, podemos dizer que são a essência criadora. A memória que se confunde com a realidade transfigurada em arte colabora com produções que contêm resistência e denúncia sem perder o espírito do texto literário. Duarte e Fialho (2020) acrescentam que a tensão entre lirismo e brutalidade constitui também uma das marcas das escritas da autora. Como afirmam os autores, os contos, particularmente, “aliam a denúncia social a um lirismo trágico, que remete ao mundo íntimo dos humilhados e ofendidos, tomados como seres sensíveis, marcados não

apenas pelos traumas da vida lúmpen, mas também por desejos, sonhos, lembranças” (DUARTE e FIALHO, 2020, não paginado).

Dejair Dionísio (2013, p.33) destaca que os textos de Evaristo constroem “a memória dos afrodescendentes brasileiros, trazendo à tona os importantes papéis desempenhados pelas mulheres negras ao longo da luta pela liberdade ontem e hoje”. Com sua literatura, Conceição Evaristo modifica o cânone brasileiro. Como a própria autora argumenta, os escritos afro-brasileiros:

São textos discordantes do sentido da história oficial, e mais do que isto, são erigidos como contradiscursos literários à estereotipia que pesa sobre as personagens negras e sobre as formas culturais africanas e afro-brasileiras no interior de grandes obras da Literatura Brasileira. Se a fala do colonizador de ontem perpetua em expressões como *descobrimento*, *conquista*, *selvagens*, revelando uma história concebida por um olhar etnocêntrico e eurocêntrico, há um discurso poético, que imagina outra história, outro destino para os africanos que foram trazidos e escravizados nas Américas. Afirma-se a poética de uma memória recriada, reinventada e que busca refazer o caminho de volta à África, reencontrar os primeiros africanos chegados ao Brasil, construir heróis segundo outro entendimento da história e resgatar da tradição negroafricana um repertório de signos próprios para a sua poética (EVARISTO, 2008, p.02).

Além de produzir Literatura Brasileira, Evaristo imprime em seus textos características de afro-brasilidade como também consideram Duarte e Fialho (2020) e Dionísio (2013). Talvez alguns ainda se perguntem acerca da necessidade de se manter o “afro-brasileiro” para determinadas produções. Sobre isso, Dionísio (2013, p.25) questiona “como conceber uma literatura que trate dos anseios, das angústias, das dúvidas, dos medos e da própria história da África?”. A esse respeito, Evaristo (2009a, p.18) afirma: “a partir do exercício de pensar a minha própria escrita, venho afirmando não só a existência de uma literatura afro-brasileira, mas também a presença de uma vertente negra feminina”. Desse modo, considerando os estudos de Bonnici (2005, 2012), Evaristo (2009a), Dionísio (2013) e Duarte (2011), podemos dizer que o cânone se forma a partir de textos que em determinado(s) momento(s) são importantes para um fim que nem sempre se atém apenas ao sentido estético e artístico. “A formação do cânone literário deu-se porque certas obras literárias em determinados períodos históricos cultuavam interesses e propósitos culturais particulares, como se fossem o único padrão de investigação literária” (BONNICI, 2005, p.234).

Sobre o cânone brasileiro, Bonnici afirma que:

O cânone literário brasileiro, construído sobre a ideologia da nação imaginada pelas elites econômica e intelectual, necessita de um processo de desmistificação e de uma profunda reavaliação para sua reestruturação, que deve levar em consideração a subversão do imobilismo identitário hegemônico e inclusão negada. Sabe-se que o cânone é um elemento de identidade nacional, o qual foi e é utilizado para a manutenção do “status quo” para um aparente bem comum, mas que, de fato, representa a afirmação da elite hegemônica e de superioridade cultural. Revela, portanto, um nexo entre literatura e estado nacional. [...] A problematização do cânone provoca indagações sobre o silenciamento das diferenças culturais; sobre a suposta pureza da ‘unidade racial’, construtora do cânone; sobre a construção da brasilidade (patriarcal, branca, classe média) vinculada a obras incluídas no cânone; sobre as rasuras e as supressões durante um longo processo de exclusão (BONNICI, 2012, p. 328).

Assim, como afirma Dionísio (2013), é ainda importante o suplemento "afro" para as produções que trazem essas especificidades. Como observa Duarte (2011, não paginado), a literatura afro-brasileira está em permanente devir e coloca os afrodescendentes não apenas como “agentes de cultura e de arte, mas [como indicadores do] etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização”. Assim a literatura afro-brasileira segue fazendo diálogos, sendo brasileira com suas especificidades afro, como argumentava o saudoso prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo. Segundo ele,

os estudos de literatura afro-brasileira, aquela literatura produzida por elementos de ancestralidade africana, só agora começam a se tornar visíveis em nosso meio universitário. Derrubar preconceitos e obscurantismos mil é o dever do intelectual engajado por um país mais generoso e plural. Conceição Evaristo é uma pioneira nesse mundo tão hostil aos descendentes de africanos e, com sua maestria de escritora, tem nos oferecido obra poética e ficcional da melhor qualidade estética. [...] Seu romance [*Ponciá Vicêncio*] é um marco na ficção brasileira e não apenas na literatura dos afro-brasileiros. Seu texto é um libelo contra a desigualdade racial sem ser panfletário e de preocupações passageiras. É um romance que veio para permanecer no nosso cânone, tão pouco frequentado pelos não brancos deste país (ADOLFO, 2013, p.09-10).

Seguindo por esse aspecto, não seria exagero afirmar que Conceição Evaristo, junto de outros escritores afro-brasileiros, promove um novo olhar para a produção literária do país e seus textos possibilitam um olhar pós-colonial a essa produção. Estratégias como a releitura, a reescrita e o deslocamento do cânone são integrantes de um processo importante para decolonização do pensamento, do currículo, entre outros aspectos. Também são importantes instrumentos para se evitar novos processos colonizadores

(BONNICI, 2005).

Conforme Bonnici (2012), a literatura brasileira apresenta características que possibilitam compreendê-la a partir dos estudos pós-coloniais. Há elementos que se destacam na caracterização desse processo. Elencamos a língua, a miscigenação e o cânone pós-colonial, o qual já abordamos.

Quando pensamos na língua, é compreensível por que ela sempre esteve nos movimentos de dominação. Um grupo que não fale o mesmo idioma, que não se entenda e/ou se compreenda representa baixo risco de rebeldia e de revolta. Assim, preponderam a língua do dominador e tudo o que ele expressar. A ressignificação desse padrão, como alega Bonnici (2012), é uma das estratégias do subjugado para sobreviver à dominação. Uma das possibilidades é se apropriar e subverter o código. No caso da literatura, o processo consiste “no poder da linguagem e a autoridade da literatura [sendo] arrancados da cultura europeia dominante e [começando] a ter um ambiente próprio para seu desenvolvimento” (BONNICI, 2012, p. 323). Nesse sentido, Evaristo (2009a, p. 27) argumenta, “afirmando um contra-discurso à literatura produzida pela cultura hegemônica, os textos afro-brasileiros surgem pautados pela vivência de sujeitos negros/as na sociedade brasileira e trazendo experiências diversificadas, desde o conteúdo até os modos de utilização da língua”.

Como país fundado por inúmeros encontros étnicos- raciais, a população brasileira se constitui de indivíduos miscigenados. A literatura se constitui também como a expressão de seu povo e sendo assim, como lembra Bonnici (2012, p. 326), temos inúmeros personagens “eticamente hifenizados” e com eles temas relacionados como racismo, branqueamento, identidade, etnicidade, entre outros.

O processo de miscigenação no Brasil e como ele figura ainda se constituem de um assunto com várias imbricações. Longe de ser esgotado, o tema se configura como um mote e um elemento das notícias diariamente veiculadas pela mídia de uma trajetória iniciada na chegada dos colonizadores portugueses. O sistema de dominação, por si, explica a dinâmica de hierarquias raciais; obviamente, o colonizador não chegaria pedindo licença e enaltecendo a cultura de quem se pretendia dominar. Séculos mais tarde, precisamente na segunda metade do século XIX, as teorias raciais afirmaram de forma “científica” a inferioridade de nativos e negros. Era mais que suficiente para se manter a crueldade e a torpeza com as pessoas que apresentavam traços ou descendência indígenas e/ou

africanas. Assim, na trajetória literária brasileira, conforme já demonstrado por estudiosos como Bonnici (2012), Duarte (2009) e Evaristo (2009a), temos muitos momentos de enaltecimento do encontro entre dominador e dominados, personagens indígenas e negros deformados conforme a estética em voga e só recentemente começou a ser ter alguma luz quanto a esses aspectos sobre os quais há muito a desnudar.

Ao abordar este tema, é imprescindível aludir à Casa-grande & Senzala de Gilberto Freyre. Se por um lado, o autor abarcou grande parte de um momento histórico do Brasil e, como um contador de histórias, organizou uma narrativa que rejeita as teorias raciais famosas do século XIX, entendeu que algumas fraquezas da população são devido à negligência de assistência médica e sanitária, abordou a violência e a crueldade do processo colonizador de maneira muito particular, sugerindo a quase normalidade disso, afinal, estavam todos em processo de se fazer sociedade num lugar um tanto selvagem. Tudo isso para que a narrativa expressasse a formação da sociedade brasileira, organização essa pretensamente excepcional. Casa-grande & Senzala foi e, de certa maneira, podemos dizer que ainda é um dos retratos de apresentação do país ao resto do mundo. Por outro lado, mesmo na tentativa de valorizar o negro, colocado em segundo plano e desprezando o indígena, Freyre proferiu um discurso que tentou amenizar excrescências e absurdos e ajudou a criar a ideia de que na nossa sociedade brasileira o que imperava era a harmonia, no máximo, havia alguns “rompantes de violência” (ULIANO, 2017). É justamente esse espírito que paira no conceito de “democracia racial” que, sejamos justos, nunca existiu de fato. Como afirma Bonnici (2012, p.327), “a miscigenação deve ser repensada [...] em sua relação com a escravidão, à violência e aos abusos sexuais da dialética entre senhores brancos e sujeitos escravizados, à exclusão e às desigualdades de outrora e do presente”.

Tendo em vista todo o arcabouço teórico até aqui esboçado, podemos afirmar que Conceição Evaristo se insere em uma leva de escritores que compreendem que a literatura não se encerra em modelos ou formatos enaltecidos de um sistema de pessoas e de uma cultura, muito menos que ela pertence só a uma expressão. A autora em suas obras repensa o modo de fazer literatura brasileira e consegue expor e integrar elementos afro-brasileiros não de maneira alegórica ou superficial, tais elementos são sua essência criadora, são partes de sua "escrevivência". Como mesmo alega a autora:

tenho concordado com os pesquisadores que afirmam que o ‘ponto de vista’ do texto é o aspecto preponderante na conformação da escrita afro-brasileira. Estou de pleno acordo, mas insisto na constatação óbvia de

que o texto, com o seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando, criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta.[...] E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influencia em minha subjetividade. E pergunto: será que o ponto de vista veiculado pelo texto se desvincula totalmente da subjetividade de seu criador ou criadora? (EVARISTO, 2009a, p.18).

Assim, é rememorando “o eu-menina e o eu-agora” que Conceição Evaristo nos brinda com Maria. Uma protagonista negra, residente à margem da cidade e marginalizada em todos os aspectos.

Maria

O conto Maria, escrito por Conceição Evaristo, retrata a história de uma mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe solo de três crianças. O conto é breve e relata seu retorno para casa após um dia de trabalho. Maria estava feliz, pois carregava sacolas com restos de comida e tinha ganhado uma gorjeta, que serviria para comprar remédio para os dois filhos menores. Além disso, nos restos, havia melão, fruta da qual eles nunca tinham provado. Ela embarcou no ônibus e, assim que entrou, um homem levantou, pagou sua passagem e se sentou ao lado dela. Era o pai de seu filho mais velho, com quem ela tinha tido um relacionamento. O homem cochichou no ouvido de Maria, querendo saber sobre seu filho e se ela tinha tido outros. Cochichou também o que ela entendeu como um beijo, um abraço, um carinho no filho. Após isso, o homem levantou, sacou uma arma e anunciou o assalto junto com um comparsa, que recolhia os pertences dos passageiros, mas a Maria não pediu nada. Os dois homens desceram rápido do ônibus. Após isso, alguém dentro dele gritou que Maria estava envolvida no ocorrido, pois era a única que não tinha sido assaltada e, além disso, conhecia os assaltantes. Um rapazinho negro, que lembrava vagamente o filho de Maria, ainda tentou defendê-la, dizendo que também não tinham levado nada dele. O julgamento da trabalhadora foi breve e, ao seu final, um passageiro se levantou e

deu um tapa em seu rosto, outros pediram o linchamento da mulher. Algumas pessoas desceram do ônibus, e outras atacaram Maria. O motorista ainda tentou defendê-la, mas ela foi morta.

Pandemia e trabalho doméstico

Apesar de ficcional, a vida e a morte de Maria iluminam reflexões fundamentais sobre as contradições contemporâneas, vivenciadas, especialmente, por pessoas em situação de vulnerabilidade social e maximizadas por um contexto pandêmico, que se desenvolveu desde os primeiros meses de 2020. Com a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), a população mundial foi levada a uma forçosa readequação do modo de viver. O vírus recém-chegado ficou grande período cercado pelas incertezas (e ainda é alvo de várias delas), muitas relacionadas às situações de contágio, às possibilidades de prevenção, às possibilidades de cura, à existência de medicação preventiva e ao tipo de isolamento adotado (vertical ou horizontal), entre outras.

Diante desse cenário e considerando a alta transmissividade do vírus, muitos governos adotaram diferentes medidas preventivas para evitar o aumento do número de casos: fronteiras foram fechadas, eventos cancelados, aulas presenciais foram suspensas, toques de recolher foram instaurados, adequações no transporte público e nos horários comerciais foram instituídas e até o denominado lockdown, uma medida de confinamento mais restritiva, foi utilizado. No Brasil, as medidas preventivas acabaram ficando sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais que, preocupados com a falta de leitos disponíveis nos sistemas de saúde, tanto público quanto privado, intervieram instituindo diferentes medidas restritivas.

Diante desse cenário negativo, toda a população do mundo teve um grande desafio, mas, para o Brasil, foi ainda maior, pois, conforme Werneck e Carvalho (2020, não paginado), pouco se sabia “sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração”. Essas diferenças se evidenciaram também nas relações de trabalho durante a pandemia.

A partir da pandemia, muitos países aderiram, compulsoriamente, ao sistema de trabalho home office, que pôde ser utilizado, e ainda está sendo, como uma alternativa adotada por algumas profissões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020a), obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19), o trabalho remoto (home office) teve adesão conforme o nível de instrução. Nesse sentido, o maior número de pessoas nesta modalidade foi daqueles com pós-graduação ou ensino superior completo. Em contrapartida, o menor número de pessoas foi daqueles sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto.

Além disso, a taxa de desocupação também foi maior entre pretos e pardos em relação aos brancos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE (2020b), mostram que a taxa de desocupação no 1º trimestre de 2020 foi de 14% para pardos, 15,2% para pretos e de 9,8% para brancos. Entre as mulheres e homens também houve diferença, sendo a taxa de desocupação 39,4% maior entre o sexo feminino. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020, p.4),

é sabido que mulheres e homens negros enfrentam dificuldades maiores para conseguir uma colocação. A taxa de desocupação entre esses trabalhadores é sempre maior, mas a pandemia conseguiu criar ainda mais adversidades para essa população. Em situação vulnerável de renda, moradia, sem possibilidade de aderir ao isolamento, necessário para evitar a propagação do coronavírus, trabalhadores e trabalhadoras negras foram obrigados a continuar a busca por trabalho diante da necessidade de sobrevivência, em longos deslocamentos dentro de transportes públicos nas grandes cidades.

No que diz respeito ao trabalho doméstico, a PNAD Contínua também mostrou que, no primeiro semestre de 2020, 72,5% desses profissionais estavam sem carteira assinada. A esse respeito, conforme destacou o DIEESE (2020, p. 6), “muitos consideraram as trabalhadoras domésticas como vetores de transmissão da Covid-19, pelo fato de elas utilizarem transporte público. Um grande número de contratos de trabalho foi finalizado por esse motivo, deixando à míngua mulheres de baixa renda e escolaridade”.

Estamos convencidos de que a pandemia de Covid-19 não trouxe rupturas nos modos como o ordenamento social se constitui, mas tornou as formas de dominação e exploração mais dramáticas e também mais visíveis. Destacamos, neste texto, o caso de Cleonice Gonçalves, 63 anos, trabalhadora doméstica, que foi apontada pela imprensa

como a primeira vítima do vírus Sars-Cov-2 no estado do Rio de Janeiro. Havia mais de dez anos que ela trabalhava numa casa no bairro nobre do Leblon, Rio de Janeiro, capital. Mesmo com a patroa tendo chegado recentemente da Itália, então epicentro da pandemia, com sintomas próximos aos da Covid-19, não houve a liberação da funcionária que viajava 120 km de sua casa em Miguel Pereira, no sul fluminense, até a casa da patroa no bairro cujo metro quadrado é considerado o mais caro do país. Cleonice faleceu poucos dias após apresentar os primeiros sintomas.

Enfatizamos também o drama de outra trabalhadora doméstica, a Mirtes Renata e seu filho de cinco anos. O menino negro Miguel Otávio morreu enquanto a mãe, durante a pandemia, trabalhava na casa da patroa Sari Gaspar Corte Real, primeira dama da cidade pernambucana de Tamandaré, mas residente na capital Recife. Mirtes passeava com a cachorra de sua patroa, enquanto esta fazia as unhas e olhava o menino. O garoto procurava a mãe. Foi contido por Sari uma vez, porém, quando insistiu em procurá-la, Real o colocou no elevador e o deixou sozinho. Ele se perdeu, acabou descendo no nono andar e caindo fatalmente de uma altura de 35 metros. A patroa foi presa, mas liberada sob fiança e segue respondendo, em liberdade, por abandono de incapaz com resultado morte.

Tanto o conto de Evaristo quanto as histórias de Cleonice e Mirtes nos permitem pensar sobre o passado e também sobre o presente do país. Essas trajetórias conduzem-nos a refletir, sob a perspectiva dos subalternos, um passado escravocrata, colonial e um presente que, a despeito de transformações, persiste em se reconstituir designando lugares demarcados para grupos e classes sociais distintas. Desse modo, são constituídas posições sociais desiguais e hierárquicas que são estabelecidas a depender do gênero, da raça e da classe social, como é possível observar nos dados e exemplos supracitados. Claramente, os trabalhadores de baixa renda, as mulheres e os negros foram os que mais sofreram os impactos da crise pandêmica.

De fato, a ficção de Evaristo e as histórias de trabalhadoras domésticas sintetizam processos sociais que conectam racismo, trabalho doméstico e violência. São variáveis que atravessam conjuntamente o sujeito subalternizado - mas não passivo - de modo a tornar possíveis os modos de opressão e exploração contemporâneos. Convém esmiuçar parte dessas tramas, por meio da análise das relações entre raça, racismo, trabalho doméstico e violência.

Raça e racismo

Como observamos, a produção de Evaristo apresenta aspectos contundentes preconizados pelos estudos pós-coloniais. Ao analisarmos o conto *Maria*, vamos encontrando fatores de ordem literária e social que repensam o fazer literário, o cânone e as práticas sociais. Conceição Evaristo, tendo em vista a “escrivência”, alega que “gostaria de construir sua literatura como sendo porta-voz das vozes das mulheres negras” (EVARISTO, 2013, não paginado) e que entre ela e suas parentas próximas, termo usado para definir as personagens femininas de suas obras, há uma confusão legítima, mas não poderia dizer que ela, a autora, é uma ou outra personagem, pois, na invenção delas, das parentas, há um outro componente, a ficção (EVARISTO, 2013, não paginado). Mesmo assim, a mistura de vida e ficção é garantida pela memória e invenção, na verdade, pela “ficção da memória”. A memória ficcionaliza, pois a memória esquece ou muitas vezes não quer lembrar” (EVARISTO, 2013, não paginado).

Maria, Cleonice, Mirtes e o menino Miguel possuem cor. São Negros. Essas mães estavam trabalhando como domésticas e não tinham como cuidar dos filhos. Apesar disso, o animal de estimação de Sari, por exemplo, tinha precedência sobre o filho de Mirtes. *Maria* é negra, pobre, favelada, mãe solteira e mesmo ante todas as dificuldades tenta ser agente de sua própria existência. As mulheres retratadas neste artigo são a representação da ancestralidade, das negras capturadas, trazidas à força nos porões, das meninas/mulheres africanas escravizadas e violentadas de tantas formas, as que são “quase da família” expressão que serve para determinar a posição delas: estão ali para incansavelmente cuidar e servir a família, mas não são tidas como indivíduos muito menos pertencentes à constituição familiar, são consideradas como objetos de cozinha, de quarto, de arrumação da casa.

Essas mulheres se encaixam no que, a partir dos estudos pós-coloniais, podemos compreender como uma dupla colonização, já que reside em terras de passado colonial, que tentam a duras penas superar esse processo, e por ser mulher. Só por isso, *Maria* já é tida como subalterna, e essa situação é ainda mais dura por ela ser negra. Bonnici (2012) argumenta que a dupla colonização objetifica a mulher de várias maneiras. No entanto, compreendemos que, no caso da mulher negra, a situação é ainda mais intensa, porque,

além de todos os rótulos e limites impostos às mulheres, sobre a mulher negra ainda recai a questão racial e junto dela o fetiche dos corpos negros serem tratados sempre como libidinosos.

Spivak (2010) destaca que a relação entre as mulheres e o silêncio é comum e que mesmo que a mulher, junto de sua comunidade, participe das insurgências contra seus dominadores, a ideologia construída em torno do gênero a mantém refém. “Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67).

Se voltarmos ao texto *Maria*, vemos que a voz de Maria é abafada. A escolha pelo narrador onisciente e pelo discurso indireto livre ressaltam o silenciamento da personagem. Ela balbucia, mas quem a escuta? As preocupações maternas, femininas e da trabalhadora ocupam a mente fervilhante da mulher que não consegue e não pode falar porque não a escutam, por ela não ter voz. Acusada de estar de “coleio” com os criminosos, a personagem é reduzida a “puta safada” e a “negra safada”. Sua condição de mulher e de negra é mobilizada para que possa ser associada aos criminosos. Nas entrelinhas do texto, ambas as condições estão latentes também no que torna possível sua condição de trabalhadora doméstica. Raça e gênero também estão na sua condição de pobreza, de moradora de favela (o texto menciona um barraco), na dificuldade em criar os filhos.

Há flagrantes no texto das tentativas frustradas de Maria se expressar. Quando ela tenta retrucar as acusações de que conhecia os assaltantes, é violentada: “A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher” (EVARISTO, 2016, p.42). Além de ser verbalmente agredida com palavrões associados à cor de sua pele, Maria é tida como atrevida por querer se defender e, por isso, merece ser duramente castigada. Ela é culpada antes mesmo de, porventura, cometer qualquer delito.

No pós-assalto, o racismo sofrido por Maria é enunciado verbalmente, mas, mesmo que não pronunciado, ele é também um dos elementos geradores de sua condição de pobreza, de trabalhadora doméstica, de moradora de favela. No plano das relações sociais, essas questões aparecem tão somente como resultado das ações individuais e da “falta de esforço”, ou seja, pobreza, trabalho precário, moradia em bairros periféricos são associados à incapacidade do sujeito, à falta de esforço e, conseqüentemente, ao

merecimento. No entanto, mesmo sem enunciar, o racismo está presente. E esta é uma característica decisiva: para que ele ocorra, não é preciso pronunciá-lo, pois ele não é simplesmente uma ação ou uma fala isolada. É muito mais que isso, é um elemento balizador e estruturante dos modos como se produzem a desigualdade, a pobreza e a violência na sociedade contemporânea. Nesse sentido, para que ele seja efetivo, é essencial que ele não seja visto como tal, mas escamoteado em discursos como o da meritocracia.

Embora ao longo da história mais recente o conceito de raças humanas tenha sido refutado biologicamente, a raça persiste como uma categoria social e política, no Brasil e no mundo, que, uma vez instituída, engendra a racialização, a produção e a reprodução das desigualdades, a exploração e a opressão em níveis mais profundos para os sujeitos classificados socialmente como negros, indígenas, árabes etc. Assim, em síntese, “podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meios de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Como destaca Almeida (2020), o racismo é um fenômeno normal da modernidade, isto é, ele não é nem uma transgressão nem algo eventual, individual ou isolado, mas é propriamente constitutivo da ordem social que se estabeleceu nos últimos 500 anos. O racismo é uma tecnologia central - junto com as divisões de classe e de gênero - para o estabelecimento dos grandes processos de exploração e opressão desta época. Sem o racismo não seria possível a escravidão, a “partilha da África”, o imperialismo, a constituição do trabalho altamente precarizado (entre eles, destaca-se o predomínio de mulheres negras no trabalho doméstico) e as formas de desigualdade, violência e extermínio do mundo atual. Trata-se de um fenômeno estrutural que “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social” (ALMEIDA, 2020, p. 21).

O racismo passa a definir, assim, os destinos de uns e outros, desde as formas de nascimento, de moradia e trabalho, decidindo quem vai mandar e quem vai obedecer, quem vai acessar a universidade ou não, quem vai exercer o trabalho braçal ou o trabalho intelectual, quem vai ser pobre ou rico, qual conhecimento e qual discurso vão ser aceitos como legítimos, quem vai ocupar espaços de prestígio e poder, até as maneiras e as razões

pelas quais cada categoria social pode e deve morrer, como são os casos da ficção e da realidade que aqui abordamos.

Racismo e trabalho doméstico

Assim como Cleonice e Mirtes, Maria prestava serviços domésticos. O conto relata o cansaço de Maria depois de um dia de trabalho, demonstra a fatura que havia na casa da patroa e até uma tecnologia especial para cortar a carne, a faca a laser, que “corta até a vida”. Maria cortou a mão com ela. O linchamento de Maria é sentido como se todos estivessem armados com a mesma faca. Esse objeto especial, como todo instrumento de trabalho, possibilita o aperfeiçoamento da produção, mas também demarca o distanciamento hierárquico entre a trabalhadora doméstica e a patroa, a cisão fundante da sociedade capitalista entre proprietários dos meios e instrumentos de produção e os que só possuem a sua força de trabalho⁴.

A patroa era a dona da faca, mas também da casa e do alimento que Maria produziu. À Maria, cabia executar o trabalho, mesmo que ferida. O conto não relata que ela foi socorrida, levada ao hospital ou para sua casa. Em vez de segurança no trabalho, boa remuneração e igualdade, ela recebeu as sobras. Trata-se da repetida fórmula das benesses no lugar do direito. “Ganhou”, além do corte, algumas frutas, uma gorjeta e o osso do pernil, porque seria jogado fora. Como Evaristo (2009b, não paginado) afirma, “conseguir algum dinheiro com os restos dos ricos [...] foi um modo de sobrevivência também experimentado por nós”. Prossegue a autora, “carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhantemente para as nossas mãos. Restos” (idem).

Os filhos de Maria nunca tinham comido melão, dois deles estavam gripados e eles iriam comer o resto, o que a patroa não quis ou iria se desfazer. Num sentido metafórico, até a própria mãe que sobrava para as crianças era o resto, o que ainda não tinha sido

⁴De acordo com Brites e Picanço (2014, p. 132), “no âmbito legal, perdurou por muito tempo uma visão que mesmo na academia era difícil de superar: a noção de que o trabalho doméstico era improdutivo. No âmbito da produção acadêmica feminista, o debate trouxe uma enorme contribuição ao definir que não se trata de atividades produtivas, nem improdutivas, mas sim reprodutivas – localizando-se no centro da existência, sem as quais os seres humanos não podem viver [...]. Estudos de feministas marxistas questionaram até mesmo a teoria do valor e hoje demonstram que o trabalho doméstico não pago mascara uma importante parte da mais-valia produzida [...]”.

consumido inteiramente pelo trabalho. A tragédia, porém, não termina aí, porque nem a genitora machucada as crianças receberam de volta, mas apenas um corpo inerte “dilacerado”, “pisoteado” como se por golpes de faca a laser.

As condições de trabalho de Cleonice e Mirtes também são complicadas. A primeira, para conseguir trabalhar, era obrigada a ficar distante dos filhos, da família, já que o trajeto de sua casa até a da patroa consistia em mais de 100 km. Apesar de ficar parte da semana na casa da empregadora (de domingo a quinta) em função dessa distância, ao sentir os sintomas da doença, a patroa ligou aos familiares para que buscassem Cleonice. Um taxista a levou de volta para sua cidade a fim de que ela tivesse tratamento. Cleonice faleceu no dia seguinte a ser internada e, pouco antes, sua família recebeu a confirmação do teste positivo de sua patroa. Nesse cenário, a vítima não foi apenas Cleonice. Em sua casa, ela residia com mais sete pessoas e todas foram vítimas, todas tiveram que viver o isolamento e o medo da doença. Além disso, apesar do desgaste de ficar longe da família, de ter que percorrer longa distância, de já ter 63 anos e de apresentar problemas de saúde, Cleonice precisava trabalhar, pois seu tempo de contribuição não era suficiente para que ela se aposentasse.

No caso de Mirtes, sem possibilidade de deixar o filho na escola ou com outra pessoa devido à pandemia, acabou levando-o para o trabalho, o que resultou na morte da criança. Nesse contexto, muitos podem apontar a possibilidade de levar o filho ao trabalho como algo positivo para a profissão de Mirtes. Entretanto, ao cuidar da casa e dos animais dos patrões, ela precisou abrir mão do cuidado de seu filho, que, mesmo estando na presença de uma adulta, não obteve dela a atenção necessária. Assim, a morte de Miguel foi resultado da “falsa” segurança que Mirtes sentiu ao levar o filho consigo ao trabalho e de deixá-lo sob a tutela de sua empregadora.

Infelizmente, a morte do filho não foi a única herança negativa que Mirtes recebeu. Com a divulgação da mídia, veio à tona o fato de seu nome estar envolvido em esquema de corrupção por ser funcionária fantasma na prefeitura em que seu patrão era prefeito. De forma ilícita, a prefeitura pagava para ela exercer suas funções na casa da primeira dama.

O trabalho doméstico, de fato, se inscreve na e escreve a história do Brasil. Possivelmente, é o maior signo da divisão entre a casa grande e a senzala e posteriormente entre classes sociais e raças no País. Negros, mas principalmente negras, deixavam a

senzala para servirem aos senhores, cuidarem das crianças deles e mesmo as amamentarem, enquanto seus próprios filhos ficavam abandonados. Seria simplório dizer que nada mudou, porém não podemos também ignorar as continuidades que se iniciam naquele período.

Seguindo as trilhas de Almeida (2020), é plausível afirmar que o racismo era a tecnologia que demarcava a relação entre senhores e escravos. A abolição da escravidão foi realizada em 1888, todavia ela não desconstruiu o racismo. Ao contrário, o reconfigurou em novas bases. Podemos classificá-lo em duas fases. A primeira, do final do século XIX até o início dos anos 1930, na qual predominou o racismo científico e a teoria das raças humanas. A segunda, com a publicação de *Casa-grande & Senzala* em 1933, que produziu uma ruptura com a teoria vigente. Assim, Freyre acaba por se tornar um dos principais produtores do que pode ser chamado de teoria da mestiçagem, a qual, por meio do mito da democracia racial, cria a ideia de que brancos e negros convivem em harmonia e em paz no país, sem grandes conflitos e desigualdades (MUNANGA, 1999).

Esses dois momentos, cada um à sua maneira, continuam produzindo subalternização racial. Sob o impulso de embraquecer o país na tentativa de negar e escamotear o passado construído pela escravidão, negros e negros foram transformados em mão de obra extremamente barata e base da pobreza urbana do século XX. A partir dos anos 1930, a teoria da mestiçagem, em nome de um país sem preconceitos, ajudou a consolidar as desigualdades raciais.

O trabalho doméstico ocupa um lugar de destaque nessas tramas. Desde a abolição da escravatura até 1972, praticamente não havia qualquer direito trabalhista para esse setor. Esse ano marcou o estabelecimento dos primeiros direitos trabalhistas, quando a lei 5.859 trouxe alguns benefícios, como registro em carteira de trabalho, férias de 20 dias úteis, 13º e previdência social. No entanto, mesmo a Constituição de 1988 manteve a discriminação contra essa modalidade laboral, que só teve direitos equiparados ao restante dos trabalhadores por meio da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e da lei complementar nº 150, de 2015.

Durante boa parte do século XX, as famílias de classe média e alta encontraram em famílias pobres, de baixa escolaridade, predominantemente negras, um terreno fértil para o recrutamento de meninas, crianças e adolescentes, para servirem em suas casas como trabalhadoras domésticas, em regimes que, não em raras situações, se assemelharam ao

trabalho escravo. As famílias pauperizadas, por sua vez, tinham no ato de ceder suas filhas um meio para alimentá-las e alguma chance de que estudassem⁵ (BRITES E PICANÇO, 2014). De acordo com Brites (2013, p. 429), “no trabalho doméstico, a força de trabalho é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização”.

Esse perfil de mulheres pobres, negras e de baixa escolaridade mostra-se, de fato, como um processo do passado e do presente. Segundo Brites e Picanço (2014, p. 133), o trabalho doméstico “ainda é majoritariamente um destino das mulheres negras e com baixa escolaridade e resistente à regulamentação, seja pelo baixo percentual de trabalhadores com carteira, seja pelo baixo pagamento de previdência”.

Apesar desse cenário, há também transformações. As autoras demonstram que a faixa etária das trabalhadoras domésticas tem se modificado: “Em 1993, 70% das empregadas começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, 2011 esse percentual caiu para 51,2%” (BRITES e PICANÇO, 2014, p. 141). Houve também uma ligeira redução do número de trabalhadoras domésticas em relação ao universo de mulheres economicamente ativas. As taxas caíram de 17,2% em 1999 para 15,6% em 2011. Embora ainda não seja possível garantir que essa redução seja uma tendência, está claro que há um envelhecimento da população envolvida em serviços domésticos, o que pode ser associado ao aumento de escolaridade das jovens, que, com um maior capital escolar, “podem disputar posições mais valorizadas, ou menos desvalorizadas, em um mercado de trabalho que se diversificou nas últimas décadas” (BRITES e PICANÇO, 2014, p. 138).

As autoras também estimam que 7,4% dos domicílios, grosso modo, famílias de classe média e alta, empregam mão de obra doméstica. Trata-se de uma profissão com alta prevalência feminina e negra. Em 2011, de acordo com as autoras, 7,5% dos trabalhadores domésticos eram homens e 92,5% mulheres. Também no ano de 2011, 61% eram negros (distribuído por 56,6% de mulheres e 4,4% de homens negros) e o restante, brancos.

Em outra publicação, Brites (2013) demonstra que as negras recebem em média

⁵COUTINHO et. al estudaram a trajetória da trabalhadora doméstica Fernanda. Ela foi levada aos nove anos por sua madrinha para trabalhar na casa de uma família. No entanto, ela não teve a oportunidade de estudar. Escreve e lê apenas o próprio nome: “Mesmo antes de ser recrutada para o trabalho “fora de casa” pela sua madrinha, ela já havia interrompido os estudos devido ao trabalho “dentro de casa”” (COUTINHO et. al, 2018, p. 11).

15,6% menos que as brancas e possuem escolaridade menor. Em média, as brancas possuem 6,4 anos de estudo e as negras 6 anos. A autora assegura que, longe de ser algo residual, a racialização compõe a base lógica da manutenção desse trabalho.

Em países como o Brasil, na maioria das regiões, o peso da sociedade colonial escravista continua a acentuar as desigualdades entre negros e brancos – é nesse lugar social que se dá o maior recrutamento de trabalhadoras e onde também outras desigualdades se interseccionam [...]. Em outras nações, são as etnias indígenas que são atraídas para cumprir as tarefas reprodutivas e sua inclusão nessa categoria respeita as hierarquias étnicas nacionais (BRITES, 2013, p. 429).

Como se pode notar, o racismo se reconstitui para permanecer como um elemento estruturante da exploração do trabalho doméstico. Ainda que haja deslocamentos, o universo negro e feminino continua sendo o principal realizador dessa função. Os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, no entanto, possuem estratégias de resistência e mobilização. De fato, há inúmeras táticas cotidianas realizadas no curso do trabalho e também há mobilização política em torno da busca por direitos. Em termos legais, a equiparação ao restante dos trabalhadores foi obtida somente em 2015, por meio da lei supracitada. A luta para que tais direitos sejam universalmente efetivados, porém, persiste.

Racismo e violência

A violência colonial passou a ser parte do cotidiano do negro desde a captura em África. Os corpos negros historicamente são vilipendiados e o corpo negro feminino é possível dizer que ainda mais. Freyre (2006) aborda as várias atribuições às negras escravizadas dentro da casa senhorial. Todos os serviços do âmbito do cuidar: cozinhar, zelar e alimentar as crianças, as primeiras histórias e também a satisfação sexual. Casa-grande & Senzala traz ainda relatos terríveis do cotidiano violento, que incluíam as relações sexuais com o senhor e depois, mais violência pela vingança da senhora. Mesmo tentando dizer que a volúpia era por conta do português e do sistema econômico, o “sadismo-masochismo” que Freyre via nas relações senhor e escravo não conseguiu desfazer de toda a ideia de que o negro, em especial, a negra seria um ser altamente sexualizado. As teorias raciais já tinham feito o estrago a partir de dados pretensamente científicos. Ainda que

amplamente refutadas, seus efeitos são, de certa maneira, sentidos até hoje.

O feitiche da negra e especialmente da mulata sempre disponível ao sexo ganharam espaço inclusive na literatura. No entanto, a representatividade negra é pequena. Duarte (2009) lembra que a personagem afrodescendente aparece na literatura brasileira desde o início, no entanto, como um ser estereotipado pela sensualidade. Argumenta que tal ideia, tão comum no imaginário popular, ganha status de algo natural e não como produto advindo de uma ordem social, cultural e política, sua real origem.

Evaristo (2009a) argumenta que, na maioria das vezes, a personagem negra aparece apenas como um corpo destinado a procriar outros a serem escravizados e, para além disso, dar prazer ao senhor. A autora questiona o porquê das personagens negras nunca ocuparem o posto de musa ou de heroína. Elas não são mães, no geral são personagens estéreis. Aparecem como cuidadoras das crianças e da casa, desempenham esse ofício que é estruturado com resquícios dos tempos da escravidão. Como a autora mesmo esclarece, foi só nas produções da literatura afro-brasileira que esse panorama começou a mudar. Autores e obras, porém, são pouco conhecidos ou ainda desconhecidos.

Em Maria, a cor e a sexualidade vêm nas ofensas recebidas pela personagem. De forma geral, infelizmente, ainda é comum as mulheres serem ofendidas em sua sexualidade. No caso de Maria, o corpo negro parece, aos olhos racistas, possibilitar esse tipo de tratamento. “Putá safada e negra” são adjetivos que praticamente se equivalem quando usados para se referirem à mulher cujo delito foi ter se envolvido amorosamente com o seu antes homem, agora bandido.

Cleonice e Mirtes são igualmente violentadas. Como Maria, ambas se dedicavam a cuidar da família alheia na tentativa de cuidar da sua. Uma primeira violência já perpassa esse processo, pois, para a família delas, o cuidado era pouco. Cleonice, por exemplo, precisava residir no trabalho dada a distância entre sua casa e a da patroa. Um segundo processo violento é a morte de Cleonice por Covid-19, pois ela foi contaminada pela patroa, e a morte de Miguel, filho de Mirtes, devido à conduta da patroa. Ou seja, nos dois casos, a atitude das senhoras decidiu sobre a vida (e a morte) de suas serviçais. Assim, de diferentes maneiras, as mulheres negras são violentadas.

Do mesmo modo, a trajetória de Maria é toda marcada pela violência: a carência e a fome, a moradia precária, o trabalho pesado e seus acidentes, a distância de casa até o emprego, o custo da passagem de ônibus, a criação solo, o medo do futuro dos filhos e,

finalmente, o assassinato. No ônibus, por ter uma rápida conversa com seu ex-companheiro e por ser preservada do assalto, a voz que acordou a coragem dos demais não simplesmente suspeitou dela. Ao contrário, a acusou e a julgou conclusivamente de estar “de coleio” com os dois assaltantes.

Uma testemunha se levanta para defendê-la. Um rapazinho negro, feições de menino, relembra seu filho, poderia ser seu filho. Ele também não foi assaltado e não sabe o porquê. O motorista do ônibus também sai em sua defesa, afirmando que a conhece e que a transporta todo dia: “está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos ...” (EVARISTO, 2016, 42). Não obstante, a voz que o interrompe é uma massa, como se fosse o racismo, a violência urbana, a violência de gênero, que atropela todos que se levantam contra ela. Os que reclamam são tidos como os que “se vitimizam”, que não se esforçam o suficiente na vida, que não gostam de trabalhar, que são acomodados.

Como durante a pandemia, em que não é ofertado tempo para cuidar dos doentes, para fazer isolamento, para conter a propagação do vírus, a sentença de Maria é proferida: “Lincha! Lincha! Lincha!” (EVARISTO, 2016, p.42). Sangue pela boca, frutas rolando no chão, lembrança dos filhos e de se eles iriam gostar dos melões, golpes como se fossem de armas a laser. O corpo da mulher que deixou de ter um nome, ainda que o mais comum de todos, jaz inerte no chão.

É interessante ressaltar que Maria tem medo da vida, não da morte. A vida se apresenta muito mais aterrorizante que o deixar de existir. Não é para menos, como já elencamos, ela carrega um sobrepeso na existência, é muitas em uma só. Maria metaforiza as vítimas de sempre, os negros, os pobres, as mulheres, as crianças, os idosos. Todos transformados em mortes inevitáveis de um sistema “que não pode parar”.

O linchamento de Maria, a morte de Cleonice e do menino Miguel colocam em centralidade os inúmeros fios que constituem a violência contemporânea. O Brasil tem sido nas últimas décadas um dos países com os maiores índices de violência e de desigualdade do mundo. Como destaca Dowbor (2017), não é possível gerir um nível absurdo de desigualdade como a que vemos atualmente sem que haja grandes conflitos. Dessa maneira, a violência se impõe como um mecanismo de controle das profundas fissuras contemporâneas.

Mais uma vez, não é possível contornar o conceito de racismo ao tratar da violência, o que é o nosso foco aqui. Mais especificamente, Maria, Cleonice, Mirtes são mulheres

pobres, negras e marginalizadas. Ou seja, o lugar que elas ocupam na ordem contemporânea é exatamente aquele onde a tecnologia racista se produz da maneira mais nua, por meio da desigualdade social e urbana, da exploração, da subalternização e da morte. Inúmeros autores têm tratado sobre as maneiras como se lida com a morte em espaços marginais. Das e Poole (2008), por exemplo, mobilizando autores como Michel Foucault e Giorgio Agamben, sustentam que nesses espaços corpos podem ser assassinados com consentimento estatal, ou, mais ainda, neles o Estado operacionaliza a tecnologia da morte.

O pensamento de Michel Foucault, por sua vez, tem sido recuperado para descrever um tipo de ação política que foi definido por Achille Mbembe (2016) como Necropolítica, a política da morte. Foucault (2005) demonstra que uma das características da modernidade é a produção da biopolítica, um tipo de poder que é exercido sobre o corpo humano. É um “[...] poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 302). A biopolítica, por meio de técnicas como estatística e a medicina, busca gerir a população dentro de um padrão médio-ótimo que a faça crescer saudável. Ao contrário dos Estados absolutistas, em que os reis gozavam do poder de “fazer morrer” ou “deixar viver”, o poder moderno inverte a operação de maneira a “[...] fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Como é possível produzir a morte num sistema centrado na biopolítica? Segundo Foucault, o racismo é uma tecnologia essencial para tornar isso possível. Por meio dela, se produz o “[...] corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 304). Essa prática permite a operacionalização da biopolítica, permite que a função assassina do Estado seja assegurada, pois eliminar a “raça” indesejável é também uma maneira de produzir a vida considerada desejável.

O racismo possibilita uma relação positiva com a vida, pois, para viver, é preciso massacrar os inimigos: “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Trata-se da supressão daqueles que são vistos não como adversários políticos, mas como inimigos da população e, portanto, da nação e do Estado.

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários

políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Com um diálogo vivo com Foucault e com Achille Mbembe, Almeida (2020) mobiliza esse conceito para analisar também a realidade brasileira contemporânea. De acordo com o autor, situações como a privação escolar, a pobreza endêmica, o desemprego, “[...] a negligência com a saúde da mulher negra e a interdição da identidade negra seriam, juntamente com o sistema prisional, partes de uma engrenagem social de dor e morte” (ALMEIDA, 2020, p. 124).

A necropolítica torna-se um elemento necessário para que os regimes contemporâneos e neoliberais de exploração possam se concretizar, pois eles requerem a aceitação de riscos, inclusive de morte, em nome do que se entende como o “bem da economia”. Reformas que revogam direitos trabalhistas e previdenciários e consequentemente geram precarização do trabalho; licenças que colocam em risco populações tradicionais e o ambiente; o corte de gastos públicos, sociais, educacionais e de saúde são alguns dos riscos assumidos em nome da racionalidade econômica dominante. Essa é claramente a lógica adotada pelo Estado brasileiro ao lidar com a crise pandêmica priorizando os interesses dos grandes grupos econômicos em detrimento das questões sanitárias, fazendo do Brasil o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo, a maioria de negros, pobres e trabalhadores⁶. De acordo com Almeida,

[...] as mazelas econômicas antes destinadas aos habitantes das colônias agora se espalham para todos os cantos e ameaçam fazer com que toda a humanidade venha a ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável (ALMEIDA, 2020, p. 124-125).

Retornando aos casos aqui tratados, de Maria, Cleonice e Mirtes, constata-se como a morte foi o golpe definitivo de um grande número de violências. Acerca de Maria, Samyn

⁶ De acordo com Ferreira e Silva (2020) há dificuldades na geração de indicadores seguros sobre o impacto da pandemia. Ainda assim, há evidências suficientes para afirmar que estes grupos têm sido mais afetados, tanto pela pandemia em si, quanto pelos efeitos das medidas de isolamento social determinadas para restringir a circulação dos vírus. As trabalhadoras domésticas, um dos grupos de interesse neste texto, perderam, segundo Bruno e Martins (2021), 1,5 milhões de postos de trabalho entre setembro e novembro de 2020, o que equivale a 24,2% menos vagas.

(2020) destaca que a morte física dela é precedida, no conto, por uma série de mortes metafóricas. A primeira morte listada pelo autor é expressa pela faca a laser que fez um corte profundo na mão de Maria ao cortar o pernil. Essa morte é resultado de um trabalho subalternizado que lhe cerceia a liberdade e a autonomia. A segunda é o estado de solidão permanente da protagonista, visto na criação solo dos filhos e nos relacionamentos de curta duração. A terceira morte de Maria é despertada pelo anúncio do assalto no ônibus, quando ela se preocupa com o futuro dos filhos. A quarta morte ocorre no momento em que uma voz a acusa de estar mancomunada com os assaltantes. A quinta e definitiva é a morte física, um linchamento que “alegoriza o genocídio do povo negro pela coletividade racista” (SAMYN, p. 2020, p. 31).

Tendo isso em vista, podemos dizer que a morte finalizou as três mulheres negras. Ainda que Mirtes esteja viva fisicamente, a morte de seu filho, sem dúvida, também a perpassou. A personagem de Conceição Evaristo temia pelo futuro dos filhos, seus meninos negros, como o menino Miguel Otávio. Na verdade, Maria tinha mesmo medo da vida. Diante dos contextos aqui abordados, o medo de Maria, mãe negra, é bastante justificável.

Considerações finais

O conto Maria, da escritora Conceição Evaristo nos joga para um universo de mulheres negras, mães, trabalhadoras domésticas, pobres, moradoras das periferias do país, violentadas e, desde aí, Evaristo nos brinda com uma arte de qualidade superior, ao mesmo tempo em que enfia o dedo em dolorosas feridas brasileiras. De fato, Maria, o substantivo mais comum para nomear mulheres no Brasil, expressa tanto a singularidade de cada experiência, quanto dialoga com processos coletivos nos quais mulheres negras estão simbolicamente representadas por Maria, que é apenas Maria, Maria de todas as tribos, Maria de África, Maria do Brasil.

Com Maria, assim como em toda a sua obra, Evaristo nos possibilita puxar inúmeros fios a partir dos quais compreendemos como se criam e se reproduzem as profundas contradições brasileiras, incrustadas em desigualdades de classe, raça e gênero. As tragédias protagonizadas por Cleonice e Mirtes são representativas dessa realidade. A mulher trabalhadora, doméstica, mãe, pauperizada e vítima da violência urbana, é também

a cristalização de uma história colonial, escravagista, patriarcal e autoritária, que determinou rígidos e desiguais lugares a depender do gênero, da classe social e da raça, os quais, em meio a mudanças e continuidades, se reconstituem tristemente na contemporaneidade.

Embora esse ordenamento social não esteja dado de antemão de uma vez por todas, mas seja recriado em cada situação, em cada conflito, em cada ato social, via de regra, ele se reconstrói produzindo marcadores fundamentais para determinar, por exemplo, quem vai estudar e quem não vai, quem vai exercer trabalho intelectual, braçal ou ficar desempregado, quem vai ser tido como exemplar ou como perigoso e quem vai viver nos condomínios de luxos ou nas favelas e, no limite, quem vai viver e quem vai morrer.

A pandemia de Covid-19, em curso no Brasil desde meados de março de 2020, não trouxe novidades, mas aprofundou essas contradições. A crise sanitária tem se revelado até aqui uma importante agenciadora de práticas e decisões que atualizam os longos processos da desigualdade brasileira. O conto Maria e as experiências das trabalhadoras domésticas aqui cotejadas envolvem alguns desses processos, como demonstramos ao abordarmos a raça, o racismo, a violência e o trabalho doméstico.

O que queremos dizer, tendo em vista o contexto pandêmico, é que não estava pré-determinado que negros e pobres morreriam mais que brancos, mulheres seriam mais prejudicadas física, psicológica e laboralmente que homens e que a razão economicista se imporia de maneira tão agressiva sobre as políticas sanitárias no país. De fato, trata-se de escolhas feitas no ato dos acontecimentos, as quais poderiam ser diferentes, por isso não há determinismo, mas que se ligam a um acumulado de decisões parecidas que ocorreram ao longo da história, o que é, aí sim, determinante para o montante de catástrofes registradas nos últimos meses.

A partir disso, como nossas análises permitiram atestar, a produção das desigualdades brasileiras remonta ao passado, mas pouco mudou no presente. A literatura pós-colonial e afro-brasileira produzida por Evaristo é uma manifestação legítima e que exhibe de maneira forte e impactante subsídios elementares, por exemplo, para a permanência de abismos sociais. Esses e outros aspectos aparecem em uma escrita polida que desnuda, mas não perde a sintonia do texto literário. Guardadas as devidas particularidades de cada autor e sua trajetória, a criação literária pós-colonial carrega

resquícios dos elementos fundadores de suas nações geralmente organizadas a partir da colonização, exploração e mão de obra escrava.

Não se trata, é importante dizer, de simplesmente a reprodução de estruturas históricas e sociais que se impõem, mas de ações sociais de cada época. As ofensivas dos dominantes e as resistências e deslocamentos dos dominados reconfiguram os conflitos, com base tanto nas heranças pretéritas quanto nas forças do presente. O mundo não é sempre o mesmo, a dominação não é simplesmente uma cópia do passado e os dominados não estão calados. De outro modo, estão a cada tempo criando suas estratégias de resistência, como foram o sem números de revoltas dos escravizados das quais Palmares é a maior – mas não a única – expressão, mas também o samba, a capoeira, as religiões afro-brasileiras, os movimentos negros e também a literatura afro-brasileira, como a de Conceição Evaristo.

Referências

ADOLFO, Sérgio Paulo. Prefácio. In: DIONÍSIO, Dejour. **Ancestralidade Bantu na literatura afro-brasileira: reflexões sobre o romance *Ponciá Vicêncio***, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Nandyala, 2013, p. 09-10.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2005, p. 223-239.

_____. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2012.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Ano 19, nº 31, 2014, 131-158.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 422-451, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRUNO, Maria Martha; MARTINS, Flávia Bozza. Segunda categoria mais beneficiada pelo Auxílio Emergencial, trabalho doméstico perde 1,5 milhão de postos de trabalho. **Gênero**

e Número, 11 fev. 2021. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/domestica-auxilio-emergencial-emprego/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.

_____. A literatura e a vida social. In: **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006a, p. 27-49.

_____. O escritor e o público. In: **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006b, p. 83-98.

COUTINHO, Maria Chalfin. et al. História de uma trabalhadora doméstica. **Athenea Digital: Revista de pensamento e investigação social**, Barcelona, vol 18, nº 02, julho 2018. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/>>. Acesso em 12 mar. 2021.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Nº 27, pp. 19–52, 2008. Disponível: <<https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913917002.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2021.

DIEESE. Boletim Especial “**Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**”, 10/11/2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletim>. Acesso em: 16 de jan. de 2021.

DIONÍSIO, Dejair. **Ancestralidade Bantu na literatura afro-brasileira**: reflexões sobre o romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outras terras** – Revista de Estudos Literários, Vol. 17-A, dez. 2009, p. 06-18. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. 2011. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em: 22 dez.2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. FIALHO, Elisângela Lopes. **Conceição Evaristo: literatura e identidade**. 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em: 18 dez.2020.

EVARISTO, Maria da Conceição. Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. **Releitura**, Belo Horizonte, nº 23. Fundação Municipal de Cultura, nov. 2008, p. 01-17.

_____. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n.25, p. 17-31, 2o sem. 2009a. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510> Acesso em: 05

jan. 2021.

_____. I Colóquio de Escritoras Mineiras. Belo Horizonte, Maio de 2009b. **LITERAFRO**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acesso em: 21 dez. 2020.

_____. Depoimento da escritora Conceição Evaristo. In: **V Colóquio Mulheres em Letras**, Belo Horizonte: UFMG, 20 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=heHftl429U4> Acesso em 27 dez.2020.

_____.Maria. In: EVARISTO, Maria da Conceição.**Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 39-42.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. **Gênero e Número**, 22 dez. 2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>>. 15 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família patriarcal sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19)**: Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho, 2020a. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 2020b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ff2505b84b22bdc bcdbf134ea9069e28.pdf . Acesso em: 10 jan. 2021.

LITERAFRO. **Conceição Evaristo**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acesso em: 21 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n° 32, 2016, p.122-151. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAMYN, Henrique Marques. As mortes de Maria: sobre um conto de Conceição Evaristo. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 24, n° 43, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/31632/19187>>. Acesso em: 12 mar.

2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ULIANO, Bárbara Poli [Uliano] Shinkawa. **A casa-grande de Freyre e suas implicações nas tendas de Amado.** 2017Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

WERNECK, Guilherme Loureiro, CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada.** Caderno de Saúde Pública. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00068820>